

Barueri - SP, 26 de março de 2026

Ao

Banco Central do Brasil - BACEN

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro - DESIG

Setor Bancário Sul (SBS)

Quadra 3 Bloco B – ED. Sede

Brasília - DF

Cep: 70074-900

Ref.: **Carta de Apresentação – Demonstrações Financeiras**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa BCB nº 236, a **CODEPE Corretora de Valores e Câmbio S.A.**, vem, pela presente, informar o que segue:

(i) **Relação de informações financeiras a que se refere esta remessa:** data-base de 31 de dezembro de 2025. Em anexo a este documento encontram-se as Demonstrações Financeiras do **Conglomerado Prudencial CODEPE:**

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas;
- Relatório da Auditoria Independente.

(ii) **Termo declaratório da alta administração quanto à responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo:** A alta administração do **Conglomerado Prudencial CODEPE**, neste ato representada pelo Diretor Presidente na forma de seu Estatuto Social, assume, para os devidos fins, a responsabilidade pelas informações contidas nas Demonstrações Financeiras.

Sendo o que nos cabia para o momento, colocamo-nos à disposição para prestar eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

CODEPE Corretora de Valores e Câmbio S.A

Fernando Bastos de Aguiar
Diretor Presidente

Felisberto Lopes de Oliveira
Contador
CRC.: 1SP153630/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação dos prezados acionistas as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial liderado pela CODEPE CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S/A, e participação da ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, sem comparação ao mesmo período do ano anterior, conforme opção de isenção facultada pela Resolução BCB nº 652/23 de não apresentar informações comparativas com períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, e acompanhadas do relatório dos auditores independentes, em cumprimento às normas vigentes.

No decorrer do exercício, deliberamos pelo encerramento de nossa participação no arranjo Pix, pela ÓTIMO SCD S/A, concretizado em 1º de julho de 2025. Essa decisão refletiu uma avaliação criteriosa dos crescentes desafios regulatórios e de segurança cibernética que afetaram de forma ampla todos os participantes do arranjo, exigindo investimentos contínuos e adaptações operacionais de elevada complexidade. Diante desse cenário, optamos por direcionar nossos esforços e recursos para o reposicionamento tecnológico da instituição, priorizando soluções mais aderentes ao nosso modelo de negócios e ao perfil de risco que nos orienta.

Esse reposicionamento tecnológico representa um passo estratégico relevante, por meio do qual avançamos, de forma responsável e planejada, na incorporação de novas tecnologias e de recursos de inteligência artificial em nossos produtos e serviços. O objetivo é aprimorar continuamente a qualidade do atendimento, a eficiência dos processos e a segurança das operações, sempre observando os mais elevados padrões de conformidade e governança.

Como empresa socialmente responsável, renovamos nosso compromisso em oferecer produtos e serviços pautados pelos princípios de ética, segurança e credibilidade que orientam nossa atuação há anos.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2025	PASSIVO	NOTA	31/12/2025
Disponibilidades	4	653	Passivos Financeiros	7	721
Ativos Financeiros		52.701	Ao Custo Amortizado		721
Ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		52.701	Depósitos		721
Títulos e Valores Mobiliários	5	51.031	Operações Compromissadas		179
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	1.670	Sociais e Estatutárias	8	676
Outros Ativos		219	Fiscais e Previdenciárias		69
Relações Interfinanceiras		1	Diversos	9	1.502
Dividendos e JCP a Receber		183			
Diversos		35	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	51.792
Outros Valores e Bens		6	Capital Social		23.500
Prêmio de Seguros a Apropriar		6	Aumento de Capital		12.000
Imobilizado de Uso	6	1.360	Reservas de Lucros		106
Imóveis de Uso		3.815	Reservas Especiais de Lucros		8.251
(-) Depreciações Acumuladas		- 2.455	Ajuste ao Valor de Mercado - TVM		9.215
			Lucros (Prejuízos) Acumulados no Semestre	-	1.280
TOTAL		54.939	TOTAL		54.939

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
 Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA
 Contador
 CRC.: 1SP153630/O-0

CONGLOMERADO PRUDENCIAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Em Milhares de Reais)

	NOTA	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Receitas de Intermediações Financeiras			
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	12	2.258	5.444
Despesas de Intermediações Financeiras			
Despesas com Intermediação Financeira		0	0
Resultado Bruto da Intermediação Financeira			
Receita com Operações de Câmbio		108	249
Despesa com Operações de Câmbio		-103	-300
Receitas de Prestação de Serviços		127	162
Despesas de Pessoal		-482	-788
Outras Despesas Administrativas	14	-1.064	-2.863
Outras Receitas Operacionais		248	709
Despesas Tributárias		-136	-373
Outras Despesas Operacionais		-141	-429
Ajustes Patrimoniais		0	0
Resultado das Receitas e Despesas Operacionais			
		-1.443	-3.633
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro			
Imposto de Renda		-	6
Contribuição Social		-	5
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre			
		804	1.759
NÚMERO DE AÇÕES		8.193.940	8.193.940
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO		0,00981	0,02147

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
 Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES^SES DE OLIVEIRA
 Contador
 CRC.: 1SP153630/O-0

CONGLOMERADO PRUDENCIAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em Milhares de Reais)

	2º Semestre	Acumulado
	2025	2025
Lucro ou Prejuízo Líquido do Semestre	804	1.759
Ajustes Financeiros ao Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	1.325	2.529
(+/-) Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.325	2.529
(+/-) Tributos sobre Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	3
(=) Resultado Abrangente do Período	2.129	4.288

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA
Contador
CRC.: 1SP153630/O-0

CONGLOMERADO PRUDENCIAL
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Em Milhares de Reais)

	2º Semestre	Acumulado
	2025	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Semestre	804	1.759
Depreciação e Amortização	60	131
VARIAÇÃO NOS ATIVOS E PASSIVOS		
Aumento/ Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	-4.852	-4.717
Aumento/ Redução de Relações Interfinanceiras	0	63
Aumento/ Redução em Outros Créditos	35	-33
Aumento/ Redução em Outros Valores e Bens	-4	0
Aumento/ Redução de Operações de Crédito	415	487
Aumento/ Redução em Sociais e Estatutárias	0	182
Aumento/ Redução em Fiscais e Previdenciárias	-12	24
Aumento/ Redução em Depósitos	136	41
Aumento/ Redução em Operações Compromissadas	28	42
Aumento/ Redução de Obrigações Diversas	267	-980
Ajuste Avaliação Patrimonial	1.325	2.265
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.798	-736
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Compras de Imobilizado	204	211
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	204	211
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	0	0
Juros Sobre o Capital Próprio	-1.368	-1.468
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	- 1.368	- 1.468
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-2.962	-1.993
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	5.285	4.471
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	2.323	2.478
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-2.962	-1.993

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
 Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA
 Contador
 CRC.: 1SP153630/O-0

CONGLOMERADO PRUDENCIAL
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Em Milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Aumento de Capital</u>	<u>Reservas Legal</u>	<u>Reservas de Lucros</u>	<u>Ajuste de a Mercado</u>	<u>Lucros ou Prejuízos Acumulados</u>	<u>TOTAL</u>	
Saldo em 30 de junho de 2025	23.500		1.436	18.205	7.890	-	600	50.431
Reserva Legal	-		70	-	-	-	70	-
Distribuição de Dividendos	-		-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	12.000	- 1.400	- 10.600	-	-	-	-
JCP Creditados aos Sócios	-		-	-	-	-	768	- 768
Ajuste ao Valor Justo – TVM	-		-	-	1.325	-	-	1.325
Reservas Especiais de Lucros	-		-	646	-	-	646	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre	-		-	-	-	-	804	804
Saldo em 31 de dezembro de 2025	23.500	12.000	106	8.251	9.215	-	1.280	51.792
MUTAÇÕES DO 2º SEMESTRE DE 2025	23.500	12.000	106	8.251	9.215	-	1.280	51.792
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.500	-	1.423	17.363	6.689	-	-	48.975
Reserva Legal	-		83	-	-	-	83	-
Distribuição de Dividendos	-		-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	12.000	- 1.400	- 10.600	-	-	-	-
JCP Creditados aos Sócios	-		-	-	-	-	1.468	- 1.468
Ajuste ao Valor Justo – TVM	-		-	-	2.526	-	-	2.526
Reservas Especiais de Lucros	-		-	1.488	-	-	1.488	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre	-		-	-	-	-	1.759	1.759
Saldo em 31 de dezembro de 2025	23.500	12.000	106	8.251	9.215	-	1.280	51.792
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2025	-	12.000	- 1.317	- 9.112	2.526	-	1.280	2.817

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FERNANDO BASTOS DE AGUIAR
 Diretor Presidente

FELISBERTO LOPES DE OLIVEIRA
 Contador
 CRC.: 1SP153630/O-0

CONGLOMERADO PRUDENCIAL CODEPE E ÓTIMO
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CODEPE Corretora de Valores e Câmbio S/A como instituição Líder do conglomerado prudencial tem como o principal objetivo as operações com Títulos Públicos Federais, Câmbio e Custódia, e a Ótimo SCD S/A, como instituição Participante, tem como principal atividade: Empréstimos, Financiamentos, Aquisição de Direitos Creditório e Emissão de Moeda Eletrônica.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.950/2021, regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) e Resolução BCB nº 2/2020. Dessa forma, foram observados os requisitos específicos na consolidação e /ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução CMN nº 4.950, de 30 de setembro de 2021, determinadas pelo CMN e BACEN, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou BACEN para outros tipos de consolidação. Neste sentido, abrangem as demonstrações financeiras da CODEPE Corretora de valores e Câmbio S.A e da ÓTIMO Sociedade de Crédito Direto S.A, conforme requerido na Resolução CMN nº 4.950/2021. Para a elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas. Tais demonstrações incluem as melhores estimativas e premissas quanto a mensuração de provisões para perdas e contingências e estimativas para a determinação da vida útil de ativos, portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas. As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial CODEPE foram aprovadas pela Diretoria em 16 de março de 2026.

A CODEPE Corretora de Valores e Câmbio S/A, como instituição Líder do conglomerado prudencial optou pela isenção facultada pela Resolução BCB nº 352/23, de não apresentar informações comparativas com períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis, referentes aos períodos do ano de 2025.

Os seguintes normativos entraram em vigor e entrarão em vigor em exercícios futuros:

- Resolução CMN nº 4.924/2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis. Dentre as principais alterações está a adoção de pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): (i) CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; (iv) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e (v) CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.
- A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros

em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

- A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
- Em novembro de 2024, o BACEN divulgou as instruções normativas nº 537 a 543 que definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, a CODEPE adaptou seu plano de contas contábeis interno, de modo a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas divulgadas por tais instruções.

Pressuposto de continuidade:

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da CODEPE são elaboradas com base no pressuposto de que a instituição está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Codepe continuar em operação.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis foram:

- a) Caixa e equivalentes de caixa são apresentados por disponibilidade em moeda nacional, moedas estrangeiras e aplicações no mercado aberto, cujos vencimentos das operações na data da liquidação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentando risco insignificante de mudança, e com objetivo de gerenciar os compromissos a curto prazo;
- b) Instrumentos Financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a CODEPE se torna parte interessada na relação contratual do instrumento.

A Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 e demais normativos vinculados, estabeleceram os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros pelas Instituições financeiras, a partir de 1º de Janeiro de 2025

Classificação de ativos financeiros.

A classificação dos ativos financeiros é com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo através do resultado.

- Custo amortizado: É valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, considerando: (i) O objetivo do modelo de negócios é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; (ii) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. (iii) As receitas são reconhecidas no resultado utilizando-se o método de juros efetivos;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através de outros resultados abrangentes, se atender às seguintes condições: (i) Gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e (ii) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. (iii) Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes.

- Valor justo por meio do resultado: é uma forma de mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados

- c) As despesas e receitas estão registrados pelo regime de competência;
- d) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: é utilizada a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.

O Banco Central do Brasil emitiu regras específicas para o modelo simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados.

Para o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o modelo simplificado prevê os seguintes componentes:

Provisão para Perdas Incorridas – Ativos inadimplidos

O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o número de meses de atraso a partir da data do inadimplemento e a classificação da carteira (C1 – C5). O nível de provisão aumenta à medida que o atraso aumenta.

A provisão para perdas incorridas é estimada considerando:

- a) Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte; e
- b) No caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito corresponde, a partir da data da decretação da falência, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto do ativo.

Provisão Adicional:

Conforme a regulamentação vigente, a Ótimo constitui (quando houver) a provisão adicional, com percentuais que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira (C1 – C5) e a caracterização de ativo problemático, conforme segue:

- a) Ativos financeiros não caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito;
- b) Ativos financeiros caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); e
- c) Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias).

Provisão para Perda Esperada:

O cálculo de provisão de perda esperada é realizado através de modelo próprio da instituição, tomando como base o histórico de pagamentos e segmentação de clientes.

Total da provisão associada a perda de crédito

O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde, no máximo, a 100% do valor contábil bruto da operação e considera o maior valor entre (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada.

Foi adotado modelo interno para o cálculo de provisão para perdas esperadas com base no histórico da carteira, sendo realizada a provisão, a nível de contrato, do maior valor entre a perda esperada e a somatória das provisões para perda incorrida e provisão adicional.

A avaliação da perda esperada é de responsabilidade da detentora do instrumento e é realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, utilizando informações internas e externas.

É reconhecida no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

e) Os Bens do Ativo Imobilizado São demonstrados ao custo de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método Linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. O quadro de depreciação com as taxas praticadas está demonstrado na Nota 8. A corretora manteve os saldos dos Bens registrados no Ativo imobilizado ao custo histórico, em razão de não terem sido identificados indícios de desvalorização, os quais não excedem o valor recuperável.

f) A provisão proporcional para as férias está integralmente reconhecida, incluídos encargos sociais aplicáveis.

g) Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Quando a realização do ganho é praticamente certa, o ativo contingente se torna um ativo e então é reconhecido contabilmente.

h) Passivos Contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recurso para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgadas nas Notas Explicativas, e os passivos classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação, nos termos da Resolução CMN nº 3.823/09.

i) A provisão para imposto de Renda para a CODEPE é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a provisão da Contribuição Social é calculada sobre o lucro considerando a alíquota de 15%, a provisão de imposto de Renda para a Ótimo é constituída à

alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a provisão da Contribuição Social é calculada sobre o lucro considerando a alíquota de 9%.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa a curto prazo e não para investimentos e outros fins.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2025
Disponibilidades em Moeda Nacional	122
Reservas Livres	144
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	387
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.670
Total	2.323

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, e estão classificados na categoria (Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes), ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no Patrimônio Líquido. De acordo com o estabelecido os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	31/12/2025
Títulos de Renda Fixa	44.191
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	40.995
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2749
Letras do Tesouro Nacional	447
Títulos de Renda Variável	6.840
Ações de Companhias Aberta	6.840
Total	51.031

a) Classificação por categoria e prazo:

Títulos	Sem Vencimento	Dias				31/12/2025
		1 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima 360	Valor Contábil Mercado
LFT		0	7.197	4.519	28.101	39.817
LTN					447	447
NTN					3.927	3.927
Ações	6.840					6.840
Total	6.840	0	7.197	4.519	32.475	51.031

b) Instrumentos Financeiros e Derivativos:

Os contratos de derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ganhos e as perdas em contas patrimoniais em contrapartida as contas de resultado. O valor de mercado do instrumento financeiro derivativo, composto por Operações de Compra a Termo e Opção apurado de

acordo com o seguinte critério :**Termo** - pelo valor de cotação de mercado à vista, sendo as parcelas a receber ou a pagar prefixadas para uma data futura, ajustadas a valor presente, com base nas taxas de mercado divulgadas pela B3 S.A. **Opção** - preço médio de negociação no dia da apuração, divulgadas pela B3 S.A. ou quando não disponível, com base nos modelos de precificação.

6. IMOBILIZADO

A rubrica Imobilizado de Uso são segregados conforme as classes abaixo:

Rubricas	Taxa Depreciação	31/12/2025		
		Custo de Aquisição	Depreciação	Valores Líquidos
Terrenos		135	-	135
Edificações	4%	2.459	-1511	948
Instalações	10%	45	-41	4
Móveis e Equipamentos	10%	248	-229	19
Sistema de Comunicação	10%	48	-28	20
Sistema de Processamento de Dados	20%	241	-210	31
Sistema de Transporte	20%	639	-436	203
Total		3.815	-2.455	1.360

7. DEPÓSITOS

A rubrica Depósitos refere-se aos saldos de livre movimentação.

DEPÓSITOS	31/12/2025
Recursos Disponíveis de Clientes	561
Saldo de Livre Movimentação	160
Total	721

8. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

O saldo é composto da subconta relacionada:

SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	31/12/2025
Juros Sobre o Capital Próprio	676
Total	676

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Os saldos são compostos de várias subcontas conforme relacionados:

DIVERSAS	31/12/2025
Provisões Trabalhista	27
Outras despesas Administrativas	4
Provisões Fornecedores	1.422
Diversos	49
Total	1.502

10. CONTINGÊNCIA

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, considerou não possuir em curso estimativas de prováveis e ou possíveis perdas em 31 de dezembro de 2025.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/11/2025, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da companhia de R\$ 18.500.000,00 (dezoito milhões e quinhentos mil reais), dividido em 8.173.940 (oito milhões, cento e setenta e três mil, novecentas e quarenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para R\$ 35.500.000,00 (trinta e cinco milhões e quinhentos mil reais), dividido em 14.193.940 (quatorze milhões, cento e noventa e três mil, novecentas e quarenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O referido aumento, no montante de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), foi realizado mediante a incorporação de parte do saldo da conta Reserva Legal (CODEPE), no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), e de parte do saldo da conta Lucros e Dividendos a Distribuir, no valor de R\$ 10.600.000,00 (dez milhões e seiscentos mil reais).

Com essa operação, não houve emissão de novas ações com valor nominal, mas sim a capitalização de recursos já existentes.

b) **Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio:**

No primeiro semestre de 2025 houve distribuição de juros do Capital Próprio no valor de R\$ 700 mil, e no segundo semestre de 2025 houve distribuição de R\$768.

c) **Reserva Legal:** constituída nos termos da Lei nº 11.638/07 e do Estatuto Social, a alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do Capital Integralizado.

d) **Ajuste ao Valor de Mercado:** Refere-se ao ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, líquido dos efeitos dos tributários.

12. RECEITAS DE INTERMEDIações FINANCEIRAS

DIVERSAS	31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	5.344
Rendas de Títulos de Renda Variável	100
Total	5.444

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DIVERSAS	31/12/2025
Despesas de Comunicações	335
Despesas de Honorários	871
Despesas de Processamento de Dados	1.015
Despesas de Serv. do Sistema Financeiro	179
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	5
Despesas de Serv. Técnicos Especializados	458
Total	2.863

14. PARTES RELACIONADAS

Os membros da Diretoria são remunerados com valores compatíveis com a responsabilidade de cada um e coerente com a complexidade das atividades realizadas, sem comprometer a geração de resultados e sua destinação.

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

O Conglomerado prudencial possui Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital e divulgação de Informações integrada, com as diretrizes da matriz de gerenciamento de riscos, onde são contemplados os riscos quantitativos, com indicação de cenários e testes realizados.

O Conglomerado prudencial definiu em sua Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital os seguintes riscos:

a) Risco Operacional: A gestão também inclui o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado prudencial.

b) Risco de Mercado: Define-se o Risco de Mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado, que inclui o risco da variação:

Das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e Cambial e dos preços de mercadorias (**commodities**), para os instrumentos classificados na carteira de negociação.

A carteira de negociação da Instituição deve ser formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade.

c) Risco de Liquidez:

O Risco de Liquidez é definido pela possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantia, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e possibilidade da Instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco de Crédito: Entende-se por risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros

decorrentes de deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposição caracterizadas como ativos problemáticos.

16. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em atendimento à Resolução 4.557/2017 do BACEN o Conglomerado prudencial adotou política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Conglomerado de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. A descrição da estrutura encontra-se disponível em nosso site.

17. OUVIDORIA

O componente organizacional de Ouvidoria, foi implantado, nos termos da Resolução n. 4.860 de 23/10/20, do Conselho Monetário Nacional, vem atendendo adequadamente como canal de comunicação para nossos clientes e usuários.

As demais exigências trazidas pela Resolução em epígrafe, são atendidas pelos controles periódicos realizados descritos nos relatórios semestrais.

O Diretor responsável pela ouvidoria, bem como o Ouvidor, estão devidamente indicados no sistema UNICAD daquele órgão.

18. RESULTADO NÃO RECORRENTE

No primeiro semestre de 2025 não incorreu em qualquer “Resultado não recorrente “ que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Em observância ao disposto na NBCTG 24 (R2), a CODEPE analisou os eventos subsequentes ocorridos entre 31 de dezembro de 2025 e 16 de março de 2026, data de conclusão da elaboração das demonstrações financeiras, não havendo a ocorrência de qualquer fato que possa requerer ajustes nos saldos apresentados nas demonstrações financeiras relativas à data-base de 31 de dezembro de 2025.

Em 27 de fevereiro de 2026, o aumento de capital social foi aprovado pelo Banco Central do Brasil, conforme destacado na nota 11 – Patrimônio Líquido . Adicionalmente, em 11 de março de 2026, a

JUCESP registrou a alteração do Estatuto Social da companhia, em conformidade com a deliberação dos acionistas.

Fernando Bastos de Aguiar
Diretor Presidente

Felisberto Lopes de Oliveira
Contador
CRC.:1SP153630/O-0

**CONGLOMERADO PRUDENCIAL
CODEPE**

**RELATÓRIO DOS
AUDITORES INDEPENDENTES
CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Nº 113/2026

AB: 31/12/2025

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO
PRUDENCIAL**

Aos Diretores e Administradores da
CODEPE CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S/A. (Instituição Líder do
“Conglomerado Prudencial” CODEPE)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da CODEPE Corretora de Valores e Câmbio S/A. que compreendem o balanço patrimonial consolidadas do Conglomerado Prudencial, em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução n.º 4.950/2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas do Conglomerado Prudencial CODEPE Corretora de Valores e Câmbio S/A, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução n.º 4.950, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 02 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas n.º 2 às referidas demonstrações contábeis, que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do

S a c h o – Auditores Independentes

Auditoria e Assessoria

Conglomerado para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.950, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 02, às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução CMN n.º 4.966/2021 e na Resolução BCB n.º 352/2023. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

A CODEPE Corretora de Valores e Câmbio S/A, instituição líder do Conglomerado Prudencial CODEPE elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 23 de março de 2026.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução n.º 4.950, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa n.º 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, elaboradas pela administração do Conglomerado, de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.950, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as

S a c h o – Auditores Independentes

Auditoria e Assessoria

normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

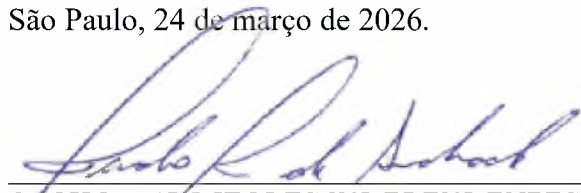
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar,

S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 24 de março de 2026.



SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES

CRC – 2SP 017.676/O-8

CNAI-IPJ-000155



MARCELO MACHADO DE ANDRADE

CRC – 1SP 223.997/O-8